

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

GUSTAVO VIEIRA SILVA

CIDADE SUSTENTÁVEL: INTERPRETAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS À  
MORADIA E AO MEIO AMBIENTE

Rio de Janeiro  
2016

GUSTAVO VIEIRA SILVA

CIDADE SUSTENTÁVEL: INTERPRETAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS À  
MORADIA E AO MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em Direito da  
Universidade Estácio de Sá.

Orientador: Nilton Cesar da Silva Flores

Rio de Janeiro  
2016



**Estácio**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação

**CIDADE SUSTENTÁVEL: INTERPRETAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS À MORADIA E AO  
MEIO AMBIENTE**

elaborada por

**GUSTAVO VIEIRA SILVA**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

***MESTRE EM DIREITO***

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Nilton César Flores – Presidente**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Fábio Corrêa Souza de Oliveira**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Maurício Jorge Pereira da Mota**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a toda a minha família, em especial, ao meu filho Lucas e à minha esposa Ana Paula.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, à Deus, por ter colocado pessoas tão especiais em meu caminho.

Ao meu filho Lucas, meu tudo.

À minha amada Ana Paula, aconchego seguro de todas as ocasiões.

Aos meus pais, Paulo e Fátima, pela confiança, amor e por sempre contribuírem para a concretização dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Pablo e Paula, pela paciência e incentivo nos momentos mais árduos.

Ao meu orientador, Professor Nilton Cesar, pela paciência, competência e seriedade para que este trabalho se consolidasse. Aos Professores Fábio Corrêa e Lenio Streck, por terem prestado indispensáveis contribuições.

A todos os colegas e amigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

## RESUMO

Considerando-se a cidade como o local de realização da dignidade da pessoa humana, o presente estudo versou sobre a concepção de cidades sustentáveis. Em especial, foram tratados dos direitos à moradia e ao meio ambiente. Sob a ótica do direito à cidade, tornam-se inadmissíveis a existência de conflitos entre tais direitos, bem como posições que visam conferir primazia a um deles sem se atentarem para a característica de encontrar-se diante de direitos humanos fundamentais, que devem ser igualmente tutelados, por serem indispensáveis para a sobrevivência decente. Para tanto, foram arroladas leis e doutrinas, tanto a nível nacional quanto estrangeiro, a fim de demonstrar a importância de tais direitos. Ainda foram coletados e analisados acórdãos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para ilustrar o modo como o aventado conflito entre mencionados direitos vem sendo tratado no âmbito do Poder Judiciário. Verificou-se que os aludidos direitos nem sempre vêm sendo compatibilizados pelo Poder Público, havendo o privilegiamento de um em detrimento do outro. Visando harmonizar citados direitos, foi exposta a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Sustentabilidade. Moradia. Meio Ambiente. Regularização.

## ABSTRACT

Considering the city as the site of the dignity of the human person, this study expounded on the design of sustainable cities. In particular, they were treated the rights to housing and the environment. From the perspective of the right to the city, become inadmissible the existence of conflicts between such rights and positions that seek to give priority to one of them without heed for the characteristic to find in front of fundamental human rights, which should also be protected because they are indispensable for decent survival. For both, were enrolled laws and doctrines, both national and foreign level, in order to demonstrate the importance of such rights. Even were collected and analyzed originated Court of Justice of the State of Minas Gerais, to illustrate how the rumored conflict between these rights is being addressed within the judiciary. It was found that alluded rights have not always been matched by the Government, with the primacy of one over the other. To harmonize these rights, it was exposed to regularization of settlements located in urban areas.

KEY WORDS: City. Sustainability. Housing. Environment. Regularization.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1 DIREITO À MORADIA</b>	13
1.1 Direito de habitação e direito à moradia	13
1.2 Previsão constitucional e infraconstitucional do direito à moradia	17
1.3 Direito à moradia na esfera internacional	22
1.4 Política urbano-ambiental	30
1.5 Deficit de moradia	38
<b>2 DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO</b>	44
2.1 Definição de natureza	44
2.2 A natureza é titular de direitos?	46
2.3 Proteção internacional do meio ambiente	50
2.4 Tutela constitucional e infraconstitucional do meio ambiente	57
2.5 Mínimo existencial e dignidade da pessoa humana como fundamento para a proteção do meio ambiente e da moradia	66
<b>3 DIREITO A CIDADES SUSTENTÁVEIS</b>	73
3.1 O surgimento das cidades	73
3.2 Cidades sustentáveis	76
3.3 Cidades-modelo	82
3.4 Sustentabilidade	86
3.4.1 Histórico e evolução do conceito	86
3.4.2 Existem diversas sustentabilidades?	88
<b>4 ANÁLISE DOS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG</b>	94
4.1 Critérios utilizados para o levantamento	94
4.2 Acórdãos selecionados	97
4.2.1 Número do processo: 1.0024.04.290502-6/001	97
4.2.2 Número do processo: 1.0720.12.002349-7/001	100
4.2.3 Número do processo: 1.0702.08.536888-5/002	101
4.2.4 Número do processo: 1.0144.05.008841-4/001	102
4.2.5 Número do processo: 1.0027.08.155541-2/002	105
4.3 Recepções equivocadas como fontes geradoras do falso conflito entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente	107
4.3.1 Jurisprudência dos valores e teoria da argumentação	108
4.3.2 Ativismo judicial	111
4.4 Regularização fundiária	114
<b>CONCLUSÃO</b>	120
<b>REFERÊNCIAS</b>	123